

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08285.004620/2021-13

* MINUTA DE DOCUMENTO

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022
(Processo Administrativo nº 08285.004620/2021-13)

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/2022, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO E A
EMPRESA

A União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO, com sede na Av. Vale do Rio Doce, 01 - bairro São Torquato, Vila Velha - ES, CEP 29114-105, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494./0025-03, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 08285.004620/2021-13 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços autônomos de **acesso dedicado à rede mundial de computadores (Internet)**, a ser instalado na Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, suas delegacias descentralizadas e postos no estado, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Os serviços serão executados nos seguintes locais:

- a) (SR) – SR/PF/ES: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo (edifício sede), localizada à Rua Vale do Rio Doce, nº 01, Bairro São Torquato, Vila Velha/ES.
- b) Plantão Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles localizado em Av. Roza Helena Schorling Albuquerque, S/N - Aeroporto, Vitória/ES, CEP 29075-68.
- c) (NEPOM) – Núcleo Especial de Polícia Marítima, localizada no Porto de Vitória, CODESA (Companhia Docas do Espírito Santo), Centro, Vitória/ES.
- d) (CIT) – DPF/CIT/ES: Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim, localizada à Av. Domingos Alcino Dadalto, nº 367, Bairro IBC, Cachoeiro de Itapemirim/ES.
- e) (SMT) – DPF/SMT/ES: Delegacia de Polícia Federal em São Mateus, localizada à Av. Nova Venécia, nº 269, Bairro Posto Esso, São Mateus/ES.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência da Contratação, identificado nos autos do processo SEI 08285.004620/2021-13, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.4. Objeto da contratação:

GRUPO 1	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCALIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
	1	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 300 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo Av. Vale do Rio Doce, 01 - São Torquato, Vila Velha - ES, 29114-105	Assinatura mensal	12		
	2	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo Av. Vale do Rio Doce, 01 - São Torquato, Vila Velha - ES, 29114-105	Instalação única	1		
	3	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 100 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	NEPOM - Núcleo de Polícia Marítima da Polícia Federal Av. Getúlio Vargas, 242 - Centro, Vitória - ES, 29018-075	Assinatura mensal	12		
	4	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	NEPOM - Núcleo de Polícia Marítima da Polícia Federal Av. Getúlio Vargas, 242 - Centro, Vitória - ES, 29018-075	Instalação única	1		
	5	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 100 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	Plantão Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles Av. Roza Helena Schorling Albuquerque, S/N - Aeroporto, Vitória/ES, CEP 29075-685	Assinatura mensal	12		
	6	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	Plantão Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles Av. Roza Helena Schorling Albuquerque, S/N - Aeroporto, Vitória/ES, CEP 29075-685	Instalação única	1		
Valor global dos serviços: R\$								

	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCALIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
GRUPO 2	7	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 100 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro do Itapemirim Av. R. Domingos Alcino Dadalto, 367 - IBC, Cachoeiro de Itapemirim - ES, 29315-314	Assinatura mensal	12		
	8	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro do Itapemirim Av. R. Domingos Alcino Dadalto, 367 - IBC, Cachoeiro de Itapemirim - ES, 29315-314	Instalação única	01		
Valor global dos serviços: R\$								

	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCALIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
GRUPO 3	9	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 100 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	Delegacia de Polícia Federal em São Mateus Rua DNER, 269 - Santa Tereza, São Mateus - ES, 29932-340	Assinatura mensal	12		
	10	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	Delegacia de Polícia Federal em São Mateus Rua DNER, 269 - Santa Tereza, São Mateus - ES, 29932-340	Instalação única	01		
Valor global dos serviços: R\$								

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../..... podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017 e o Item 11 do Termo de Referência, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$(.....);
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **00001/200352 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA
POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO- SR/PF/ES**

Fonte: **TESOURO - RECURSOS ORDINARIOS (0100000000)**

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: 339040

PI: PF99900TI22

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

- 6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Vitória/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato vai assinado pelos contraentes.

Vila Velha/ES, de de 2022.

(assinatura eletrônica)

LEONARDO GERALDO BAETA DAMASCENO
Superintendente Regional em exercício
Ordenador de Despesas (UG 200352)

(assinatura eletrônica)

NOME REPRESENTANTE CONTRATADA
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
Representante legal da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO GERALDO BAETA DAMASCENO**,
Superintendente Regional - Substituto(a), em 08/06/2022, às 14:51, conforme horário oficial de
Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador
23374174 e o código CRC **A7EB7EE8**.

Referência: Processo nº 08285.004620/2021-13

SEI nº 23374174